



CONCELHO DE ODIVELAS

Nota de Imprensa

A reunião de Câmara Municipal de Odivelas realizada ontem procedeu a deliberações relativas ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2016, ao Mapa de Pessoal, ao Pacote fiscal (IMI, TMDP, Derrama e IRS) bem como à apreciação de diversos documentos relativos aos SIMAR. Em cada um dos pontos em discussão os vereadores da CDU pronunciaram-se sobre os documentos em apreço, fundamentando as suas posições e sentido de voto, que enviamos em anexo. No Período Antes da Ordem do Dia os vereadores da CDU apresentaram uma recomendação, a enviar à Assembleia da República, sobre a Taxa Municipal do Direito de Passagem, que foi aprovada por unanimidade.

Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2016

Os vereadores da CDU congratularam-se por ser a primeira vez, em pelo menos seis anos, que a reunião de câmara, para discutir documentos estratégicos, ser uma reunião pública, correspondendo a sucessivas propostas que a CDU tem apresentado nesse sentido. Nas intervenções proferidas, abarcando diversos aspetos estruturantes destes documentos que fundamentaram o seu voto contra, como intervenções em escolas que têm sido sucessivamente adiadas, ou a falta de requalificação do espaço público e cuja declaração de voto enviamos em anexo.

Trata-se de um Orçamento e GOP que refletem a continuidade de um modelo de gestão errado e prejudicial ao cumprimento das responsabilidades da CMO nos diversos domínios de intervenção municipal resultante do modo como são distribuídos os recursos financeiros, pela postura facilitadora na assunção de responsabilidades que são da inteira responsabilidade do Poder Central.

A discussão realizada permitiu confirmar que o conjunto de projetos amplamente divulgados e sujeitos a candidatura no âmbito do Portugal 2020 não tem verbas orçamentadas, nem tão pouco qualquer garantia de concretização. Este é um exemplo concreto de projetos e obras em que se anuncia a sua realização e que na prática saltam de orçamento em orçamento, em que se registam atrasos na sua execução ou pura e simplesmente desaparecem dos Orçamentos.

A CDU reiterou a insuficiência de verbas para intervir na correção das disparidades existentes no Concelho em diversos domínios desde a limpeza das linhas de água, à requalificação de passeios e de ruas, criação de bolsas de estacionamento, criação de zonas verdes, parques infantis e zonas de lazer (particularmente gritante na freguesia da Pontinha, mas também nalguns bairros de das restantes freguesias).

Um Orçamento que mantém um excessivo peso de aquisições de serviços que representam 37,4% do total do orçamento (31. 824 875,30 euros) e 50% das despesas correntes. Os vereadores da CDU reafirmaram a necessidade se proceder a um exame pormenorizado quanto à natureza destes serviços contratados a entidades externas, visando estabelecer um plano com vista à sua redução ou eliminação, em áreas que, com vantagem, devem ser os serviços do Município a realizá-los.

Nele continua refletido também o brutal peso financeiro da Parceria Público Privada - criada pelo PS/PSD nesta Câmara – cujo valor para 2016 é de 2 153 849,01 euros.

A CDU recordou que a vida deu razão à sua exigência de renegociação desta PPP, questionando o que poderia ter sido feito com parte das verbas que têm vindo a ser despendidas, se outra opção de gestão tivesse sido adotada.

CDU - Coligação Democrática Unitária

Rua Guilherme Gomes Fernandes, nº 79 - 2675 – 372 Odivelas Tel. 21 931 41 53 * Fax 21 404 70 17

cdu@cdu-odivelas.org – www.cdu-odivelas.org

Foi destacada a oposição da CDU à postura facilitadora de quem gere a CMO da estratégia adotada pelo Poder Central, de desresponsabilização face aos investimentos necessários ao Concelho de Odivelas em domínios como a saúde, a educação ou transportes públicos, bem como de aceitação dos constrangimentos que têm vindo a ser impostos à autonomia do poder local.

Tal disponibilidade favorece que se mantenham estas graves insuficiências de investimentos do Poder Central, ao mesmo tempo que desvia recursos financeiros necessários para intervir de forma continuada nas esferas de competência municipal.

É disso exemplo o facto de neste Orçamento estar refletida a verba necessária para a construção do Centro de Saúde de Odivelas no valor de 1. 662 00,00 Euros substituindo-se assim a CMO ao Poder Central que deveria ter inteira responsabilidade na construção deste importante equipamento de saúde para a freguesia de Odivelas.

Em contrapartida, este é um orçamento de contenção, um orçamento “magro”, que a confirmarem-se as previsões de não reembolso dos 18 milhões do processo de instalação, contará com uma receita efetiva de cerca de 66 milhões. Mantêm-se uma estrutura que assenta essencialmente nas receitas correntes (75 % do valor total do orçamento) e com grande peso da tributação direta, indireta, taxas e multas, que atingem quase 40% das receitas totais. Mais significativo é ainda o peso desta carga tributária sobre os munícipes se tivermos apenas em conta os 66 milhões espectáveis atingindo quase mais de metade das receitas que se preveem arrecadar (51%). Em contrapartida as transferências correntes da Administração Central diminuem. São menos 1,5% comparativamente com 2015.

Pacote Fiscal

CDU propõe redução do IMI

Os vereadores da CDU apresentaram uma proposta de redução do IMI a liquidar em 2016 fixando o seu valor em 0,365. Uma proposta que tem em conta que este imposto representa uma importante receita desta Câmara Municipal situando-se, nos últimos anos, na ordem dos 70% do orçamento no conjunto dos impostos diretos e num quadro em que se considera necessário aliviar a carga que pesa sobre a generalidade das famílias.

A grande diferença entre a proposta apresentada pelos vereadores da CDU e a proposta apresentada pela maioria PS/PSD foi de que a proposta da CDU visava uma redução da taxa do IMI para todos os munícipes (uma redução da atual taxa de 0,375 para 0,365) enquanto que a taxa que foi aprovada pela maioria que gere a autarquia, aplicando a denominada taxa do “IMI familiar”, abrange apenas as cerca de 4 700 famílias, com 2 e 3 filhos ou mais.

A CDU classifica como um verdadeiro embuste a ideia de que o IMI Familiar constitui um incentivo ao aumento da natalidade. Os partidos que agora apresentam esta medida são os mesmos que fizeram cortes nos abonos de família que desde 2010 foi retirado a cerca de um milhão e quatrocentas mil crianças e que é pela ação do (ainda) governo PSD/ CDS que o subsídio parental não é pago atempadamente a milhares de mães que vivem situações de verdadeiro desespero.

Derrama, Taxa Municipal de Direito de Passagem, Participação Variável no IRS

Os vereadores da CDU votaram favoravelmente as propostas apresentadas tanto quanto à Taxa Variável do IRS como quanto à Derrama. Sobre esta última deixaram o repto para que futuramente se proceda a um debate sério e profundo em torno do regime de isenções e/ou diminuição da derrama, tendo em



CONCELHO DE ODIVELAS

conta a dimensão, características e localização das atividades económicas, o que contribuirá seguramente para o apoio aos agentes económicos e estímulo ao desenvolvimento concelhio.

Em relação à Taxa Municipal do Direito de Passagem os vereadores da CDU votaram contra, por esta ser uma taxa que deveria ser suportada pelas empresas gestoras das respetivas redes e não as fazer repercutir nas faturas de cada um dos consumidores. A Assembleia da República quando legislou deixou esta lacuna na lei. A recomendação que foi aprovada no PAOD é precisamente no sentido de, no início de uma nova legislatura, a AR reparar este erro que vem onerar ainda mais todos os cidadãos.

Decisões relativas ao SIMAR

Os vereadores da CDU destacaram de forma positiva o facto do Orçamento e *GOP*'s para 2016 pelo segundo ano consecutivo contemplar os compromissos inerentes à responsabilidade da CMO na criação dos SIMAR refletindo assim neste documento uma opção entre os Municípios de Loures e de Odivelas de defesa da água pública contrariando assim o processo privatizador levado a cabo designadamente pelo Governo PSD/CDS cessante.

Nesta reunião mereceu o voto favorável dos vereadores da CDU a deliberação relativa à prestação de contas até 30 de Junho de 2015, bem como o processo de adjudicação para aquisição de contadores.

NO que concerne ao Orçamento dos SIMAR os vereadores da CDU valorizaram o conjunto de objetivos orientadores para o ano de 2016 em diversos aspetos refletidos na declaração de voto que enviamos em anexo.

Relativamente à atualização de 1,2% das tarifas para 2016, os vereadores da CDU destacaram a compreensão pelas razões que fundamentam tal decisão, face ao aumento inoportuno dos custos impostos pelas decisões do anterior governo nos sectores da água, saneamento e resíduos sólidos.

Os vereadores da CDU decidiram pela abstenção neste documento porque consideram que esta é a melhor forma de manifestar solidariedade para com o processo em curso para travar o aumento do preço da água, promovido pelos municípios de Odivelas, Loures e Vila Franca, que acabam de apresentar uma ação judicial requerendo a nulidade dos atos administrativos resultantes da criação do Sistema Multinacional de Abastecimentos de Água e Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, bem como repudiar as consequências que resultam da extinção da SIMTEJO e outras imposições emanadas do Governo e que resultam no aumento acentuado de despesas dos SIMAR.

Desde sempre a CDU esteve na linha da frente em defesa da Água Pública e continuará a estar em todos os processos luta que se venham a desenvolver.

Odivelas, 5 de Novembro de 2015

CDU - Coligação Democrática Unitária

Rua Guilherme Gomes Fernandes, nº 79 - 2675 – 372 Odivelas Tel. 21 931 41 53 * Fax 21 404 70 17

cdu@cdu-odivelas.org – www.cdu-odivelas.org